

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**CONTRATAÇÃO DIRETA - SERVIÇOS**  
**Art. 75, II da Lei 14.133/21**

  
KAMILLA  
AYSSA  
SILVA  
BARRETO  
01/04/2024 10:51

  
JOSÉ  
MILTON  
SANTOS  
01/04/2024 11:08

  
MARIA LUIZA  
CALTABIANO  
BARREIROS  
DE MELLO  
01/04/2024 11:15

**1. DO OBJETO:**

1.1 Contratação de serviços, SOB DEMANDA, de impressão digital em lona, em adesivo vinil, adesivo vinil perfurado, em acrílico, placas de PVC e película fumê conforme especificações e quantidades previstas neste Termo de Referência.

1.2 Os itens a serem fornecidos devem atender as seguintes especificações abaixo:

Item	Quant. Estimada	Unid.	Descrição	CATSER
1	145	M	LONA - Impressão digital front blackout Fosca 440g/m <sup>2</sup> , policromia (4x0 cores), com acabamento em faixa ou Ilhós. (Layout a ser definido)	307120
2	145	M	ADESIVO - Impressão em adesivo vinil brilho ou fosco em policromia com instalação inclusa. (Layout a ser definido)	463952
3	10	M	ADESIVO PERFURADO - Impressão em adesivo perfurado policromia e instalação inclusa. (Layout a ser definido)	466774
4	4	M	PLACA ACRÍLICO – Acrílico (3mm) com corte a laser, aplicação em adesivo transparente reverso com laminação, incluindo espaçador de 5cm com instalação inclusa. (Layout a ser definido)	266322
5	4	M	PLACA ACRÍLICO – Acrílico (5mm) com corte a laser, aplicação em adesivo transparente reverso com laminação, incluindo espaçador de 5cm com instalação inclusa. (Layout a ser definido)	615958
6	30	M	Película fumê com aplicação	253021
7	30	M	Placas de PVC 3MM	22519

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1 DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A contratação decorre da necessidade de suprir as demandas de comunicação visual do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL), tendo em vista que o TRT-19 realiza todos os anos diversas campanhas e eventos informativos e educativos direcionados aos públicos interno e externo. Por essa razão, faz-se necessário divulgar as informações de interesse do público externo, engajar o corpo funcional nas ações e metas do planejamento estratégico do órgão e das unidades, além de manter a comunicação visual do órgão adequada e atualizada com o organograma do TRT- 19.

Dessa forma, é imperiosa a confecção de produtos de divulgação e promoção de comunicação visual de média ou grande dimensão para a realização dos eventos e campanhas citados, além de produtos de sinalização visual em material rígido e adequado.

A escolha de contratação de uma empresa especializada, deu-se pelos seguintes motivos:

- Falta de equipamentos próprios – A Coordenadoria de Comunicação não possui equipamentos para impressão em lona, em adesivo em vinil, em adesivo furadinho, tão pouco em acrílico, nem fumê ou ainda máquina de corte e impressão em placa PVC sendo necessário envidar esforços com intuito de contratar empresa especializada nesses serviços.
- Carência de servidores – Assim como o setor não possui equipamentos, também carece de servidores e terceirizados com conhecimento especializado nessas atividades.
- Crescente demanda – Considerando, ainda, a crescente demanda de eventos institucionais internos e externos, de placas de comunicação visual e sinalizações para os vários setores que compõem o Regional.

**2.2 ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇOS COMUNS:** Trata-se de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no termo de referência por meio de especificações usuais no mercado.

**2.3 JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO:** A escolha pelo agrupamento dos itens em um **lote único** visa garantir a padronização dos materiais, cores, qualidade e demais características dos bens a adquirir, bem como possível ganho de escala.

Com a contratação de uma empresa especializada para fornecer todos os itens descritos neste Termo de Referência, será possível atender com maior eficiência e excelência às demandas do Regional, tanto as originárias do próprio setor quanto as advindas de outros setores

**2.4 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:** Aplica-se ao presente processo as

disposições estabelecidas na Resolução nº. 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que tratam dos critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, principalmente no que se refere aos aspectos e/ou exigências técnicas desses produtos.

1.1.2 . Conformidade com a norma ABNT NBR 15775:2009.

**2.5 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO:** Esta contratação atende ao disposto no Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 deste regional, aprovado pela Resolução Administrativa nº 209/2021, que tem como uma de suas premissas a difusão das ações do Regional direcionadas à valorização das pessoas, à transparência, à ética e ao comprometimento com inovação e responsabilidade socioambiental observando, especialmente, o previsto no objetivo Estratégico nº 1: Fortalecer as comunicações de parcerias institucionais. Também tem o intuito de aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira, estando prevista no **PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**.

Além disso, a contratação também está alinhada com a Resolução nº 85 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 08/09/2009, que dispõe sobre a Comunicação Social no âmbito do Poder Judiciário, e considera como meta do Poder Judiciário “[...] aprimorar a comunicação com o público externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e suas iniciativas, além do andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional

### **3. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO**

**3.1 – A planilha de pesquisa de estimativa do valor médio total da aquisição, no importe de R\$ 58.149,47 (cinquenta e oito mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e sete centavos), conforme anexo II neste Termo de Referência.**

**3.2. No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.**

**3.3. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:** Os preços estimados, tanto unitários como global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

### **4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **4.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização do procedimento **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, nos termos do art. 75, II, da Lei 14.133/2021;

**4.2. HABILITAÇÃO:** Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

**4.2.1 Habilitação jurídica:**

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**4.2.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Material) e/ou Municipal (Serviço) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais (Material) ou municipais (Serviço) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**4.2.3 Declarações**

- a) Declaração de que não emprega e não empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros, juízes e servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados ao TRT 19ª Região, na forma da resolução do Conselho Nacional da Justiça nº 09/2005.
- b) Declaração, firmada pela licitante de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos.
- c) Declaração de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### 4.2.4 Amostra

A Administração, a fim de realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, exigirá amostra de um produto impresso nas mesmas especificações do TRT, para verificação da lona (gramatura e trama) e da tinta (qualidade das cores) utilizados na impressão, que deverão ser apresentados em até cinco (5) dias úteis à Coordenadoria de Comunicação do TRT-19 pelo licitante provisoriamente vencedor. O não atendimento acarretará a desclassificação imediata da empresa.

### 5. DA PROPOSTA

5.1. A proposta, de acordo com o modelo do Anexo I deste Termo de referência, deverá ser digitada, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e/ou rubricadas em todas as folhas por quem de direito e deverá conter os seguintes elementos:

- a) indicar CPF ou CNPJ, endereço e telefone de contato;
- b) especificação do item com preço unitário e total expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, relativo ao item cotado já incluso todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao fornecimento do produto. Em caso de discordância entre o preço unitário e total, prevalecerá o primeiro; ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso, prevalecerá o último;
- c) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos;
- d) declarar expressamente a concordância com as condições constantes no Termo de referência;

#### 5.2 DA VIGÊNCIA:

5.2.1 O prazo de vigência da contratação inicia-se com a publicação da nota de empenho no PNCP, conforme art.94 da Lei 14.133/2021, e tem seu término até o dia 31 de dezembro do presente exercício, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

#### 5.3 PRAZO E MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.3.1 O fornecimento dos **serviços** serão efetuados **sob demanda**, no prazo, local e horário especificado nos subitens 5.3.3 a 5.3.8 e 5.4 deste Termo de Referência (TR).

5.3.2 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir:

5.3.2.1 Impressão em lona, com acabamento em ilhós, bem como em adesivo em vinil, aplicação inclusa, em adesivo vinil perfurado, em acrílico de 10mm, já aplicado e cortado, além de película fumê com aplicação e em impressão de placas de PVC de 3mm para sinalização

5.3.3 A Contratada terá o prazo de **no máximo 24 horas**, contados da data de recebimento da

Ordem de Fornecimento, para a **entrega da prova do material solicitado** de acordo com as especificações e demais condições estipuladas em sua proposta comercial.

5.3.4 Ao receber a prova da empresa contratada, a Coordenadoria de Comunicação terá o prazo de 48 horas para autorizar a realização do serviço ou apresentar as devidas correções.

5.3.5 Os serviços que apresentarem defeitos imediatos serão deverão ser refeitos pelo contratado, em até 24 horas, contados a partir do recebimento da notificação do contratante.

**5.3.6 Após a aprovação final**, caberá a contratada entregar o material solicitado impresso em um **prazo máximo de 24 horas**.

5.3.7 O envio da Ordem de Fornecimento se dará de forma eletrônica, com prazo de 48 horas para confirmação de recebimento do e-mail. Transcorrido o referido prazo, iniciará automaticamente a contagem do prazo estabelecido neste Termo de Referência para a entrega do material.

5.3.8 O endereço eletrônico utilizado para o envio da Ordem de Fornecimento será o constante na proposta fornecida pela contratada

**5.4- LOCAL, HORÁRIO E DIAS DE ENTREGA DO OBJETO:** O material deverá ser entregue sem ônus para o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, na Coordenadoria de Comunicação (CCOM) do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, localizada no 8º andar do Fórum Ponets de Miranda, avenida da Paz, nº. 2076, Centro, CEP: 57.020-645 – Maceió – Alagoas, no horário das 07:45h às 15:00h, de segunda a sexta-feira.

5.4.1 - A contratada poderá contatar a Coordenadoria de Comunicação Social do TRT/AL pelos seguintes meios:

a) Por correspondência eletrônica, endereços: [ascom@trt19.jus.br](mailto:ascom@trt19.jus.br);

b) Por contato telefônico: (82) 2121-8235 ou 2121-8117

## **6. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1 – Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5(cinco) dias, pelo fiscal que acompanha a execução dos serviços, mediante termos detalhados e o envio dos documentos constantes no item 11.4, sendo verificado rigorosamente sua adequação às especificações e aos procedimentos previamente estabelecidos no subitem 5.3 deste termo de referência.

6.2 – O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.3 – Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os requisitos previstos, neste termo de referência.

6.4 – A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a serem apontadas no Recebimento Provisório.

6.5 – Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6 – Quando da fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do serviço, devendo encaminhá-los ao gestor para recebimento definitivo.

6.7 - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.7.1. Realizar a análise toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.7.2 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nas documentações apresentadas; e

6.7.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.8 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.9 - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.10 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**7.2.** Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita, através de correio eletrônico) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;

**7.3.** Efetuar a entrega das peças impressas em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes neste termo de referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**7.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**7.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da notificação do contratante, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

**7.6.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

**7.7.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**7.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

**7.9.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação;

**7.10.** Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021;

**7.11.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**7.12.** Efetuar o autocadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), por meio de plataforma para que nela faça a juntada, oportunamente, de todos os documentos, inclusive notas fiscais, para que possa ocorrer o devido processamento da nota de empenho ao correspondente pagamento;

**7.12.1.** Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao sistema do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

## **8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**8.1.** Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos

de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN;

**8.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de referência e seus anexos;

**8.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**8.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**8.5.** Rejeitar os serviços que estiverem em desacordo com as especificações previstas neste termo de referência e seus anexos e notificar a contratada;

**8.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

**8.7.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência e seus anexos;

**8.8.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**9.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**10.1.** O serviço recebido provisoriamente pelo fiscal, nos termos do 6.1 deste termo de referência e definitivamente, pelo gestor, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências.

**10.2.** A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

**10.3.** O material será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável ou fiscal, com verificação posterior da conformidade do material e definitivamente, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**10.4.** Os Gestores e Fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas no Ato GP TRT19 nº. 103/2022, e tudo o mais que for necessário visando o adequado

acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratamentos que porventura venham a ocorrer.

**10.5.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

**10.6.** A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**10.7.** Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da Nota fiscal/fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho) para fins de liquidação e pagamento.

## **11. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

11.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022.

11.2. Para fins de liquidação, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal apresentada contempla os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) Prazo de validade;
- b) Data da emissão;
- c) Dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) Valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.4. O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 05 (cinco) dias úteis, após a liquidação da despesa, condicionado apresentação dos seguintes documentos, em vigor:

- a) Nota fiscal do produto/serviço/fatura discriminativa, devidamente atestada pela fiscalização no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO–JT) e anexada ao processo;
- b) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

- c) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, no que couber.

11.5. A CONTRATADA obriga-se a realizar e manter atualizado o autocadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), nos termos previstos no ATO GP TRT nº 38, de 05 de maio de 2022.

11.6. A empresa deverá anexar no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT) todos os documentos e notas fiscais para que o fiscal do contrato, após a juntada feita pela empresa, realize no sistema o atesto da nota fiscal e, por conseguinte, efetue a sua liquidação.

11.7. A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11.8. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante a Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

11.9. O TRT reterá, na fonte, sobre os pagamentos efetuados os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012 ou outra norma vigente à época da ocorrência do pagamento.

11.10. Não haverá retenção acima caso a Contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, mediante comprovação da opção ou se encontre em uma das situações elencadas no artigo 3º da IN SRF nº. 1.234/2012 e suas alterações posteriores.

11.11. Considera-se para efeito de pagamento o dia da emissão da Ordem Bancária pelo Sistema Integrado de Administração e Finanças do Governo Federal – SIAFI.

11.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.14. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que por ventura não tenha sido acordada no contrato.

11.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = 0,00016438.$

$I = (TX/100)/365. I = (6/100)/365$

Em que TX = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

## **12. DO REAJUSTE**

**12.1** - Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano **contado da data do orçamento estimado**

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.133/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

13.2 Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.3 Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10%(dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V, IX, X, XI e XII da Lei 14.133/2021;
- c) Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. art. 155, VI da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).
- e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).
- f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

## **14. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 - LGPD**

14.1 Em observação às determinações constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento).
- Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

### **15. São anexos a este TR:**

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO II – VALOR DE REFERÊNCIA (Planilha conclusiva do Termo de Referência)

ANEXO III – HISTÓRICO DE EVENTOS 2023

Maceió (AL), 23 de fevereiro de 2024.

Equipe de Planejamento.

1. Maria Luiza Caltabiano Barreiros de Mello
2. Kamilla A. S. Barreto Ferraz
3. José Milton Santos

**ANEXO I - A**

**MODELO DA PROPOSTA**

A empresa \_\_\_\_\_ residente na cidade de \_\_\_\_\_ (rua, avenida, etc.) \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com domicílio bancário no banco \_\_\_\_\_, agência n.º \_\_\_\_\_, conta n.º \_\_\_\_\_ neste ato representada por \_\_\_\_\_, abaixo assinado, interessada no serviço de confecção de material de divulgação e identificação em impressão digital em lona com acabamento, bem como em adesivo em vinil com impressão digital, aplicação inclusa, em adesivo vinil perfurado, além de película fumê com aplicação e de placas de PVC e de acrílico para sinalização t u do p a r a a t e n d e r às demandas de desses materiais geradas pelas diversas unidades deste Regional, tais como: eventos, campanhas, mudança de sinalização, entre outros, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, constante no Proad n.º. 7991/2024 propõe ao TRT da 19ª Região, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO SERVIÇO	QTDE	UNIDADE		
				UNITARIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	LONA - Impressão digital front blackout Fosca 440g/m <sup>2</sup> , policromia (4x0 cores), com acabamento em faixa ou Ilhós. (Layout a ser definido)	145	M <sup>2</sup>		
2	ADESIVO - Impressão em adesivo vinil brilho ou fosco em policromia com instalação inclusa. (Layout a ser definido)	145	M <sup>2</sup>		
3	ADESIVO PERFURADO - Impressão em adesivo perfurado policromia e instalação inclusa. (Layout a ser definido)	10	M <sup>2</sup>		
4	PLACA ACRÍLICO – Acrílico (3mm) com corte a laser, aplicação em adesivo transparente reverso com laminação, incluindo espaçador de 5cm com instalação inclusa. (Layout a ser definido)	4	M <sup>2</sup>		
5	PLACA ACRÍLICO – Acrílico (5mm) com corte a laser, aplicação em adesivo transparente reverso com laminação, incluindo espaçador de 5cm com instalação inclusa. (Layout a ser definido)	4	M <sup>2</sup>		
6	Película fumê com aplicação	30	M <sup>2</sup>		
7	Placas de PVC 3MM	30	M <sup>2</sup>		
<b>Valor total previsto para essa contratação</b>					

**Validade da Proposta:** 60 dias.

**Prazo de execução dos serviços:** 72 horas, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

Declaramos:

**a) expressamente que estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos,** bem com que no preço unitário ofertado estão inclusas as despesas diretas e indiretas, com fornecimento de todos os insumos.

**b) que nos preços contidos na proposta estarão incluídas todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusos taxas, impostos, tarifas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo do produto, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto, durante todo o período de vigência do contrato.**

**c) que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura das propostas.**

**d) que estamos de acordo com a utilização dos dados bancários supra informados para fins de pagamento, nos termos do art. 7º, I da Lei 13.709/2018**

Local, ..... de ..... de 2024.

.....  
Representante Legal da Empresa

**ANEXO II – B**

Anexo único										
FORMULÁRIO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA LICITAÇÕES (Planilha de Preços)										
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa de impressão de banners e lonas										
<b>Setor:</b> Coordenadoria de Comunicação		<b>Responsável:</b> Kamilla A. S. Barreto Ferraz								
Nº Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Fonte 1 Printjet Digital (Doc35 /Proad 7991/23)	Fonte 2 Salsa Digital (Doc.34/ Proad 7991/23)	Fonte 3 www.banc odep recos.com .br (Doc 36, 37, 38 e 40, 42, 43/Proad 7991/23)	Metodologia de Cálculo	Valor unitário Estimado	Valor Total Estimado	
1	LONA - Impressão digital front blackout Fosca 440g/m², policromia (4x0 cores), com acabamento em faixa ou llhós. (Layout a ser definido)	145	m²	R\$ 84,00	R\$ 100,00	R\$ 106,00 (item 1, doc. 40)	Média	R\$ 96,67	R\$ 14.017,15	
2	ADESIVO - Impressão em adesivo vinil brilho ou fosco em policromia com instalação inclusa. (Layout a ser definido)	145	m²	R\$ 84,00	R\$ 100,00	R\$ 106,91 (item 7, doc.40)	Média	R\$ 96,97	R\$ 14.060,65	
3	ADESIVO PERFURADO - Impressão em adesivo perfurado policromia e instalação inclusa.	10	m²	R\$ 104,00	R\$ 150,00	R\$ 126,00 (item16, doc 38)	Média	R\$ 126,67	R\$ 1.266,67	
4	PLACA ACRÍLICO – Acrílico (3mm) com corte a laser, aplicação em adesivo transparente reverso com laminação, incluindo espaçador de 5cm com instalação inclusa.	4	m²	R\$ 1.350,00	R\$ 1.500,00	R\$ 487,50(item 1, calculado o m² doc. 43)	Média	R\$1.112,50	R\$4.450,00	
5	PLACA ACRÍLICO – Acrílico (5mm) com corte a laser, aplicação em adesivo transparente reverso com laminação, incluindo espaçador de 5cm com instalação inclusa. (Layout a ser definido)	30	m²	R\$ 1.900,00	R\$ 2.300,00	R\$ 1.875,00 (calculado o m², lote 24 doc. 42)	Média	R\$2.0,25,00	R\$ 8.100,00	
6	Película fumê com aplicação	30	m²	R\$ 140,00	R\$ 190,00	R\$ 207,50 (Item 2, doc.36)	Média	R\$ 179,17	R\$ 5.375	
7	Placas de PVC 3MM	30	m²	R\$ 400,00	R\$ 500,00	R\$ 188,00 ( Calculado o m², doc . 37 )	Média	R\$ 362,67	R\$ 10.880	

Obs: Devido à dificuldade de encontrar os produtos dos itens 4, 5 e 7 na unidade de medida m², para obter os valores unitários dos referidos itens foi calculado o m² de maneira manual de acordo com as dimensões e valores fornecidos nos orçamentos do banco de preço.

<b>VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 58.149,47</b>										
<b>DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO: 28 de março de 2024</b>										28/03/2024
<b>Observações:</b>										
1. A pesquisa de preços deve ser realizada de acordo com as diretrizes definidas neste ato.										
2. Devem ser indicadas as páginas que ratificam os preços lançados em cada uma das fontes utilizadas e anexadas no proad da contratação.										

3. Na coluna "metodologia de cálculo", deve ser indicada a metodologia utilizada para o valor estimado de cada um dos itens da contratação (Média, mediana ou menor dos valores obtidos), devendo ser utilizado preferencialmente a média.
4. A unidade requisitante deverá atentar para a apresentação, no processo administrativo, em arquivo único, devidamente identificado (Planilha do Preço de Referência)
5. O valor estimado (unitário e total) deve constar no Termo de Referência da contratação.

### ANEXO III – C

Eventos, campanhas e placas de identificação realizados em 2023 que serviram de referencial para construção e estimativa da aferição da quantidade de cada item desta contratação.

	PRODUTO	EVENTO
1.	FAIXAS	ENTREGA DOS PRÊMIOS MÉRITO DE PRODUTIVIDADE
2.	BANNER	SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA
3.	BANNER	SEMANA NACIONAL DE EXECUÇÃO
4.	BANNER	SEMANA DO SERVIDOR
5.	FAIXA	CORRIDA E CAMINHADA TRT/AL TRABALHO SEGURO
6.	BANNERS	CORRIDA E CAMINHADA TRT/AL TRABALHO SEGURO
7.	BACKDROP	CORRIDA E CAMINHADA TRT/AL TRABALHO SEGURO
8.	BACKDROP	COMENDA
9.	ACRÍLICO CORTADO PLACA	INAUGURAÇÃO DA OUVIDORIA
10.	BACKDROP	ABRIL VERDE
11.	BACKDROP	SETEMBRO AMARELO
12.	FAIXA	FEIRA AGROECOLÓGICA
13.	FAIXA	DIA DO FEIRANTE
14.	ADESIVO APLICADO	SALA DE PERÍCIA
15.	ADESIVO APLICADO	NOVA OUVIDORIA
16.	ADESIVOS	LIXEIRAS
17.	PLOTAGEM	SECRETARIA DE EXECUÇÃO E PESQUISA PATRIMONIAL
18.	PLOTAGEM	DO NOME E BRASÃO DO TRT -19 NOS CARROS OFICIAS
19.	BANNER	SALA DE AMAMENTAÇÃO
20.	ACRÍLICO CORTADO PLACA	AUDITÓRIO ADV. CARMIL VIEIRA
21.	ACRÍLICO CORTADO PLACA	SALA DE SESSÕES DES. JOSÉ ABÍLIO NEVES SOUSA
22.	PLACA PVC	SETOR DE SUSTENTABILIDADE
23.	PLACA PVC	GABINETE DE DIRETOR 7ªVT
24.	PLACA PVC	GABINETE DE JUIZ 7ª VT
25.	PLACA PVC	BANHEIRO FEMININO DA OUVIDORIA
26.	PLACA PVC	BANHEIRO ACESSÍVEL DA OUVIDORIA
27.	PLACA PVC	SALA DE ACOLHIMENTO DA OUVIDORIA
28.	BACKDROP	MULTIRÃO VAGA INCLUSIVA
29.	PELÍCULA FUMÊ	POLÍCIA JUDICIAL
30.	PLACA PVC	HORTA ORGÂNICA

As quantidades foram estimadas levando em consideração o PROAD 738/2023, sendo as seguintes:

Item	PRODUTO	QUANTIDADE
1.	Lona – impressão digital em lona com acabamento	145m <sup>2</sup>
2.	Adesivos em vinil com impressão digital, aplicação inclusa	145m <sup>2</sup>
3.	Acrílico já aplicado e cortado	4m <sup>2</sup>
4.	Adesivo vinil perfurado	10m <sup>2</sup>
5.	Película fumê com aplicação	30 m <sup>2</sup>

Ressalta-se que todas as quantidades foram utilizadas no referido ano. Para a nova contratação, as previsões de utilização dos principais itens (Lona e Adesivo) foram mantidas, mesmo com perspectiva de realização do Congresso Nacional de Direito do Trabalho a ser realizado pelo TRT-19, o que provavelmente poderá gerar acréscimo na demanda, mas, por conta da necessidade de utilização dos demais itens, decidiu-se por manter as quantidades registradas em 2023